



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República****Considerando que:**

No dia 30 de abril e a 22 de junho p.p. os deputados abaixo-assinados enviaram ao Senhor Ministro do Ambiente a Pergunta 1980/XIII/3.<sup>a</sup> – “Descarga de efluentes do “Intercetor Sul” (Cantanhede/Mira)” e a Pergunta 2751/XIII/3.<sup>a</sup> – “Descarga de efluentes do “Intercetor Sul” (Cantanhede/Mira)”.

As perguntas efetuadas, em ambas as Perguntas, e sem qualquer resposta da tutela até à data, são:

**«1- Tem V. Exa. conhecimento das descargas de efluentes do “Intercetor sul” do sistema de saneamento da Águas do Centro Litoral que serve os concelhos de Cantanhede e Mira?**

**2- Tem V. Exa. conhecimento das várias queixas por parte quer de particulares e associações dos dois concelhos quer, ainda, de produtores agrícolas alvo de prejuízos causados pelo alastramento dos caudais de saneamento às suas explorações?**

**3- Confirma V. Exa. que está já elaborado o projeto da nova ETAR Cantanhede/Mira?**

**4- Para quando estão previstos o início e conclusão da empreitada?**

**5- Que medidas foram já tomadas no sentido de, até à conclusão da obra, impedir novas descargas?»**

Ora, notícias dos últimos dias dão conta de um agravamento da situação.

Numa notícia do jornal Público, de dia 16 de julho p.p., lê-se que **«as descargas poluentes em vários pontos do concelho de Mira, no litoral norte do distrito de Coimbra, estão a pôr em**

***causa a agricultura, o turismo e a produção de bivalves. Empresários da região lamentam que as descargas de efluentes sem qualquer tratamento na Vala Real ocorram há meses».***

O texto refere ainda que:

***- «Questionada pelo PÚBLICO, a Águas do Centro Litoral (AdCL) informou que as descargas se devem ao “excesso de caudal por parte da rede em “baixa” (municípios) que chegam às estações elevatórias da AdCL nas zonas de Cantanhede e Mira”. A empresa que tem como acionistas 29 municípios de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém e a Águas de Portugal, referiu ainda que têm vindo a efetuar-se trabalhos de na rede para aumentar a capacidade de bombagem»;***

***- «Estas “medidas mitigadoras” visavam dar resposta ao problema até que seja construída a ETAR de Cantanhede / Mira”, um dossier que, segundo a AdCL, implica “negociações difíceis com os autarcas”»;***

***- «No entanto, mesmo depois desses trabalhos de mitigação, as descargas continuaram. Por isso, “estão a ser feitos estudos para averiguar as causas das descargas, em conjunto com as autarquias de Mira e Cantanhede”, responde a AdCL. Na passada sexta-feira, o secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, deslocou-se a Mira e, citado pela Agência Lusa, deu um prazo de três meses para que a concessionária tenha o “diagnóstico feito”. No mesmo dia, o presidente a Câmara Municipal de Mira, Raul Almeida, disse estar a “perder a paciência” para a falta resolução do problema e admitiu recorrer à justiça».***

Independentemente de aguardar pelas respostas do Senhor Ministro do Ambiente às questões anteriormente colocadas, face ao agravamento e alastramento da situação, abrangendo já o distrito de Aveiro, o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende ser da maior importância voltar a questionar o Governo com vista ao cabal esclarecimento da situação.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1- Qual o ponto de situação do alegado diagnóstico que está a ser feito pela Águas do Centro Litoral (AdCL) sobre o problema em causa?**

**2- Dadas as afirmações da AdCL, que diz serem difíceis as negociações com os municípios envolvidos, e os próprios autarcas que afirmam «estar a “perder a paciência” para a falta resolução do problema», admitindo mesmo «recorrer à justiça», o que é que está a impedir que seja encontrada uma solução rápida para o problema?**

**3- Que tipo de acompanhamento e/ou supervisão estão a ser feitos junto da**

**concessionária para que efetivamente seja cumprido o prazo de três meses, dado pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, para encontrar uma solução?**

**4- Que tipo de fiscalização está a ser feita no local pelas autoridades competentes? Com que frequência? Com que resultados?**

**5- Dado o perigo que pode representar, está a situação a ser acompanhada pelas autoridades de Saúde Pública e em colaboração com o Ministério da Saúde?**

**6- À margem das medidas provisórias anunciadas, e que claramente não resolveram o problema que se agrava de dia para dia, que medidas estão previstas para ressarcir os empresários da região – dos distritos de Coimbra e Aveiro – que, nos vários setores, estão a ser gravemente prejudicados com esta situação?**

Palácio de São Bento, 17 de julho de 2018

Deputado(a)s

FILIFE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELLO-BRANCO(CDS-PP)